

# Consentimento Livre e Esclarecido em Telemedicina

RESOLUÇÃO CFM Nº 1.643,  
DE 7 DE AGOSTO DE 2002:  
CONSIDERANDO que as  
informações sobre o paciente  
identificado só podem ser  
transmitidas a outro  
profissional com prévia  
permissão do paciente,  
mediante seu consentimento  
livre e esclarecido e sob  
rígidas normas de segurança  
capazes de garantir a  
confidencialidade e  
integridade das informações.

## Caro leitor,

A relação médico-paciente é baseada na confiança tendo, inclusive, como pressuposto, a confidencialidade e o direito à privacidade. Estamos todos já acostumados a solicitar aos pacientes o preenchimento de “autorizações” para a administração do meio de contraste, para a realização de exames, e afins. Todavia, na maioria dos casos, ainda não adquirimos o hábito de solicitar aos pacientes o preenchimento de autorizações para o envio de seus dados e imagens para um telerradiologista.

A Constituição Federal trata do tema, “autorização direta e explícita do paciente”, prevendo o direito da pessoa atingida em sua privacidade e intimidade, a reparação pelo possível dano moral em processo jurídico contra os médicos.

Outrossim, cabe ressaltar que tal

assertiva poderá ser relevante em casos em que estiver comprovado o perigo iminente de vida, assim como nas situações de urgência e emergência.

Por outro lado, cabe ratificar que médicos que utilizam a rede de Internet devem obedecer aos mesmos códigos e normas éticas regulamentadoras do exercício profissional convencional. Se a ação, omissão, conduta inadequada, imperícia, negligência ou imprudência de um médico, via Internet, produzir dano à vida ou agravo à saúde do indivíduo, o profissional responderá pela infração ética junto ao Conselho de Medicina.

Algumas questões ainda surgem e são objeto de discussões como: Qual a melhor forma de garantir a confidencialidade e a segurança dos dados enviados e das recomendações recebidas? Como garantir os níveis mínimos de qualidade do sistema de teleassistência? Como se criar um padrão de qualidade internacional capaz de atender aos interesses dos pacientes e dos médicos/profissionais de saúde do todo o mundo?

Está havendo, no presente momento, toda uma mobilização nacional e internacional para a identificação e normatização de protocolos de segurança para dados virtuais. Alguns resultados já existem, mas, infelizmente, ainda nenhum com total segurança na guarda e sigilo de dados virtuais. Por isso caro colega, tenha em mente que é, de fato, necessário este documento.

**Dra. Alexandra Monteiro** é membro titular do CBR, médica radiologista no Rio de Janeiro (RJ) e coordenadora do departamento de Telerradiologia do CBR [monteiro.alexandra@hotmail.com](mailto:monteiro.alexandra@hotmail.com)

